

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**ANGÉLICA ALVES GOMES MALTA
NÁDIA ROBERTA DE SOUZA MARTINS**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MOTIVO DE
EXPANSÃO EDUCACIONAL**

**ANÁPOLIS- GO
2016**

ANGÉLICA ALVES GOMES MALTA
NÁDIA ROBERTA DE SOUZA MARTINS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MOTIVO DE
EXPANSÃO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação da Profa. Esp. Aracelly Loures Rangel.

ANÁPOLIS-GO
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANGÉLICA ALVES GOMES MALTA
NÁDIA ROBERTA DE SOUZA MARTINS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MOTIVO DE
EXPANSÃO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação da Profa. Esp. Aracelly Loures Rangel.

Anápolis- GO, 07 de maio de 2016.

APROVADA EM: -----, -----, ----- NOTA: -----

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
ORIENTADORA

Profa. Ma. Allyne Chaveiro Farinha
CONVIDADO

Prof. Me. Diogo Jansen Ribeiro
CONVIDADO

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MOTIVO DE EXPANSÃO EDUCACIONAL

Angélica Alves Gomes Malta*

Nádia Roberta De Souza Martins**

AracellyRodrigues Loures Rangel***

RESUMO: Diante da competitividade gerada pela economia verifica-se uma maior tendência da procura por cursos superiores que permitam a inserção no mercado de trabalho para vagas que exigem por parte do trabalhador uma qualificação especializada. Através de uma pesquisa bibliográfica, o trabalho aborda a expansão do Ensino Superior nas últimas décadas por meio de políticas públicas educacionais com o intuito de democratizar o acesso e a permanência de jovens nesta etapa dos estudos. Constata-se que classes menos favorecidas socialmente sempre tiveram mais dificuldades de ingressar nas instituições superiores. Contudo, com a implantação de programas sociais como ProUni, FIES e Reuni o acesso e a permanência foram comprovadamente verificados, mostrando que têm sido eficazes para a democratização do ensino reduzindo as desigualdades históricas do Ensino Superior no país.

Palavras- chave: Políticas Públicas. ProUni. FIES. Reuni

1 INTRODUÇÃO

Para fins decrescimento do país, o Ensino Superior é sem dúvida de grande importância já que contribui com o desenvolvimento de diversos setores

*Formação em Letras Português/ Inglês na Uni Evangélica. angelica.malta@ig.com.br

**Formação Química Licenciatura Universidade Estadual de Goiás. roberta.nadia@gmail.com

***Profa. Esp. Em Assessoria Linguística e Revisão Textual. Orientadora na Faculdade Católica de Anápolis. Licenciada em Letras: Português/ Inglês. aracellyloures2008@hotmail.com

da economia, gerando mais empregos com mão de obra especializada. Contudo, a quantidade de jovens que frequentam Instituições de Ensino Superior no Brasil ainda é baixa.

Segundo Nunes (2007), em outros países como Canadá, Japão e outros, a quantidade de adultos portadores de diploma superior chega aos 40% enquanto o Brasil, esse número não passa de 10%.

Esses dados podem ser compreendidos ao se analisar a meta do Plano Nacional da Educação (PNE) para o ano de 2020.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (PNE, 2015).

A proporção de jovens de (18 a 24 anos) que frequentava o Ensino Superior era de 9,8%, em 2002, e passou para 15,1% em 2012. Para atingir a meta 12 do PNE, essa proporção terá que dobrar até 2020, assegurando a qualidade da oferta (IBGE, 2013).

Nota-se que por essa exigência de qualificação mencionada anteriormente, não só os jovens sofrem com a questão do desemprego como também todo o cenário nacional que também é atingido pela falta de profissionais qualificados. O que se observa é que a maior parte que não conseguem o acesso ao nível superior do ensino são aqueles de condições sociais baixas e também jovens negros e pardos.

Por isso, justifica-se a importância do presente trabalho em avaliar os programas governamentais de incentivo à educação superior de maneira a atrair esses jovens antes excluídos por sua condição social a terem oportunidade de serem inseridos no mercado de trabalho de forma igualitária e democrática.

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção e inclusão social dos estudantes com programas como ProUni, FIES e Reuni. Tem como meta avaliar os beneficiários dessas políticas educacionais, juntamente com os objetivos de cada uma e os resultados por elas até hoje alcançados.

Foi adotada para isso uma metodologia qualitativa e descritiva para uma melhor análise dos dados, como a taxa de frequência de jovens que estão matriculados no Ensino Superior por cor ou raça como também por renda per capita e a distribuição percentual desses jovens por rede de ensino (IBGE, 2013).

Em seguida, foi analisado como dados, o crescimento dos contratos firmados pelas instituições com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a distribuição de bolsas ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (BRASIL, 2013). Entre esses, também se destacou os recursos destinados ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni) e a ampliação de vagas nessas instituições (BRASIL, 2012).

O estudo contribuirá com informações relevantes para melhorar o posicionamento das instituições que ainda não aderiram aos programas; aos docentes, para que tenham conhecimento do perfil de seus discentes e a importância que eles têm para seus alunos; contribuirá também para o conhecimento dessas políticas públicas por jovens que ainda não ingressaram no ensino superior por desconhecerem a facilidade que os programas educacionais trazem como porta de entrada para o ingresso nas instituições superiores.

2BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL

O Ensino superior no Brasil teve sua iniciação de forma tardia, por volta do século XIX. Isso, relacionado a outros países, como por exemplo, a Espanha, que iniciou a criação das primeiras universidades no século XVI (CUNHA, 1980).

No período de colonização do Brasil, os cursos eram orientados pelos jesuítas e por isso tinham um caráter mais voltado ao sacerdócio. O interesse de estudantes por outros cursos era feitos nas metrópoles europeias, como a de Coimbra (SOUZA, 1995).

Com a vinda da família real ao país em 1808, houve a necessidade de formar os jovens fidalgos com o foco principal de atenderem ao Estado na resolução de questões práticas. O ensino era voltado para a elite da sociedade.

Com isso, surgiram as primeiras instituições de ensino no país voltadas mais ao ensino do que à pesquisa e que tinha forte influência francesa. Como exemplo disso, foram criados em estabelecimentos militares cursos que visavam atender as necessidades daquela época como o curso de medicina, cirurgia e de matemática, destacando também o curso de engenharia militar, para a produção de armamentos e engenharia civil devido à expansão cafeeira que necessitava de escoamento por meio das vias ferroviárias. No período da primeira república (1889- 1930) surgiram instituições livres coordenadas por particulares em que se percebeu um aumento considerável de pessoas no ensino superior, daí que surgiram exames seletivos que perduram até hoje, como o vestibular. (MILANESI, 1998).

Cerca de 60 escolas superiores foram criadas no Brasil entre os anos de 1889 e 1918. A diversificação do sistema que temos até os dias de hoje teve início com instituições católicas que ofereciam um ensino público de um lado e de outro lado de iniciativa das elites que em alguns casos contaram com o incentivo governamental ou até mesmo em outros casos, as que permaneceram privadas. A industrialização no Brasil trouxe consigo mudanças também no âmbito da educação com reformas no sistema com objetivo da substituição das escolas autônomas por grandes universidades a fim do desenvolvimento de ciências básicas e a pesquisa (DURHAM, 2005).

No período da Era Vargas (1930-1945), o conflito entre duas classes, os católicos e os liberais, dá início ao manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Nesse contexto, é criada a USP (Universidade de São Paulo). Mas apesar da criação de novos cursos, esse ensino não atendia as camadas populares (MILANESI, 1998).

Em 1920, foi criada a primeira universidade brasileira no Rio de Janeiro, onde reunia, administrativamente, as faculdades já existentes. Contudo era uma universidade que alcançava apenas parte da elite da população. Em 1931, no governo de Getulio Vargas, esse ministério foi criado, tendo como titular Francisco Campos, novos cursos foram integrados sendo eles no total: medicina, direito, engenharia, educação, ciências e letras. Nesse estatuto a universidade poderia ser pública ou particular. Apesar da criação desse ministério, o ensino superior não foi atendido quanto às suas necessidades voltadas à pesquisa (ROTHEN, 2008).

Somente em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, a USP, foi possível se pensar em uma universidade não apenas voltada para o ensino, mas também para a pesquisa com a participação de professores pesquisadores estrangeiros se tornando o maior centro de pesquisa do Brasil (SOARES, 2002).

Em 1964, iniciou-se o período de ditadura militar no país. Nesse regime, o Ensino superior foi fortemente influenciado, pois o governo reprimia o movimento estudantil coibindo a atividade de professores e alunos que se opusessem ao governo (SOARES, 2002).

A segunda fase de expansão das IES ocorreu a partir de 1995. Até o ano de 2005, as matrículas aumentaram 42,3% chegando a um total de 3.887.771. Essa intensa fase de crescimento se fundamentou na Lei nº 9.394 que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação- LDB. Com o aparato dessa lei, houve uma diversificação no sistema de Ensino Superior, foram instituídas novas modalidades de cursos e ainda, estabeleceu-se um sistema de avaliação do ensino (MACEDO et al, 2005).

No quadro abaixo é possível observar a quantidade de jovens inseridos no Ensino Superior nos últimos anos.

Quadro 1- Taxa de frequência líquida a estabelecimentos de Ensino Superior da população de 18 a 24 anos segundo as Grandes regiões-2012

Norte	10,8%
Nordeste	11,2%
Sudeste	16,6%
Sul	19,8%
Centro- Oeste	19,2%

Fonte: IBGE, 2013

3HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A ideia de políticas públicas no Brasil tem um caráter recente, pois o Estado e a sociedade se firmaram no conservadorismo. A mão-de-obra escrava e a agroexportação eram o centro do modelo econômico do país, o que afastava o interesse do direito à educação. Somente no período da Primeira República, com o surgimento de um modelo liberal a educação

começou a ser vista como necessária. O percurso histórico das políticas públicas no Brasil se revela num contexto em que a educação era destinada a camada mais opulenta da sociedade. Porém, na década de 30, um despertar no país levou a um período de inquietação para a criação de escolas públicas de responsabilidade do Estado. A Reforma de Francisco Campos, em 1930, representou um grande avanço na consolidação das políticas públicas no Brasil (SANTOS, 2011).

No Brasil, o processo de democratização foi lento, porém contínuo. Neste, o nível de instrução da população aumentou e as desigualdades daqueles que tinham acesso ao Ensino superior diminuíram, mesmo assim, as oportunidades de democratização não foram completas por conta das ofertas de vagas que ainda eram insuficientes em alguns níveis de ensino (MAGRONE, 2004).

Vários decretos foram criados na Reforma de Francisco Campos o qual instituiu o Ministério dos Negócios da educação e Saúde Pública. Em 1940, lutava-se para a construção da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que tinha como expectativa mudanças para a estrutura da educação brasileira. Em relação aos últimos governos, a política conservadora teve como consequência poucos investimentos na área social que alcançou também a educação (SANTOS, 2011).

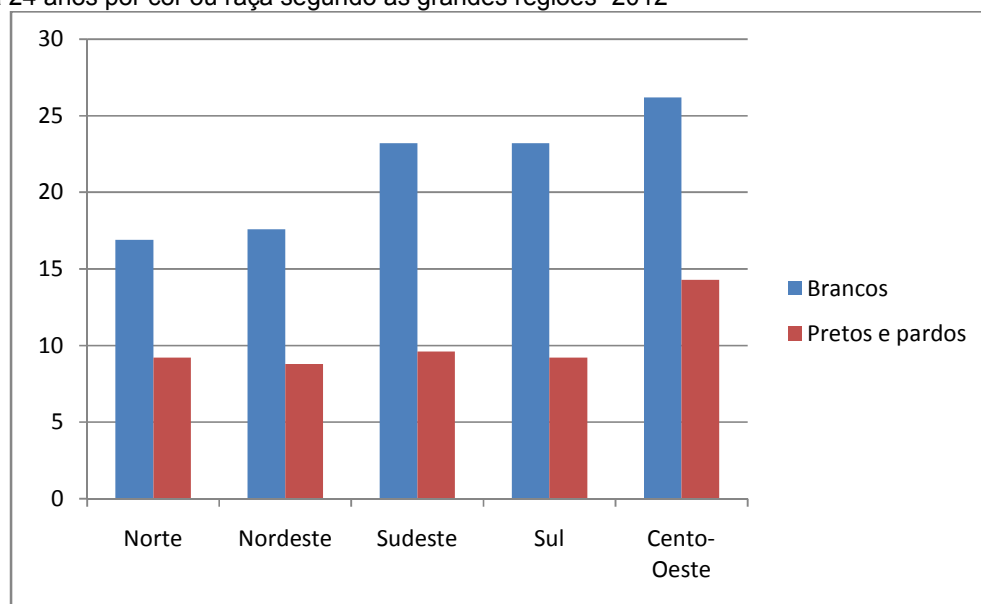
Durante o período militar, foram estabelecidos no país acordos denominados MEC- USAID, influenciado pelos Estados Unidos com a finalidade de reformular a educação no país. Nesse acordo, foram observados os problemas de política educacional brasileira e algumas soluções a serem implantadas de forma gradual como, por exemplo, a reforma no sistema do vestibular, o aumento nas matrículas, a organização da carreira docente, entre outras (COSTA, 2009).

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, agências reguladoras como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, solicitavam a redução de gastos públicos com a privatização de empresas públicas e novos recursos para atividades custeadas pelo Estado. No primeiro mandato de Lula, em 2003, não foi possível instaurar tantas mudanças por ainda ter que cumprir acordos criados no governo anterior (SANTOS, 2011).

O processo de democratização do Brasil possibilitou um aumento do número de vagas em instituições de ensino superior, porém o alcance à escolarização e sua permanência ainda ficou desfavorecida pelas camadas mais pobres da população. Com isso, é possível destacar classes detentoras dessa privação os negros, trabalhadores de bairros periféricos, os que migram dos campos, entre outros (CURY, 2008).

De acordo com o IBGE (2013), ainda existe uma diferenciação em relação a jovens brancos, pretos e pardos, que frequentam Ensino Superior.

Gráfico1- Taxa de frequência líquida em (%) a estabelecimentos de Ensino Superior de jovens de 18 a 24 anos por cor ou raça segundo as grandes regiões- 2012



Fonte: IBGE, 2013

A quantidade de jovens que ingressam no Ensino Superior é ainda menor quando se observa as camadas da população com renda per capita de até um salário mínimo, sendo apenas de 5% do total de jovens.

Para Bourdieu (1960 apud PEREIRA; PASSOS, 2007, p. 20),

O sistema de ensino opera sobre os estudantes uma seleção “natural”, segundo a qual os dotados dos instrumentos de apropriação dos conteúdos escolares, no geral, em condição econômica favorecida, estão mais aptos a obter sucessos nos processos de seleção escolar e a ter uma escolarização prolongada com ingresso em carreira universitária. Em síntese, conforme essa perspectiva teórica, os membros das classes favorecidas (econômica, social e culturalmente) tendem a lograr êxito no sistema escolar.

A educação superior é um dos pontos de partida para a inclusão social por aqueles que se encontra em situação de desigualdade, pois provoca transformações nas condições de vida das pessoas. Nesse sentido, o Estado deve propor condições que atenuem os efeitos da exclusão social (FARIAS,2010).

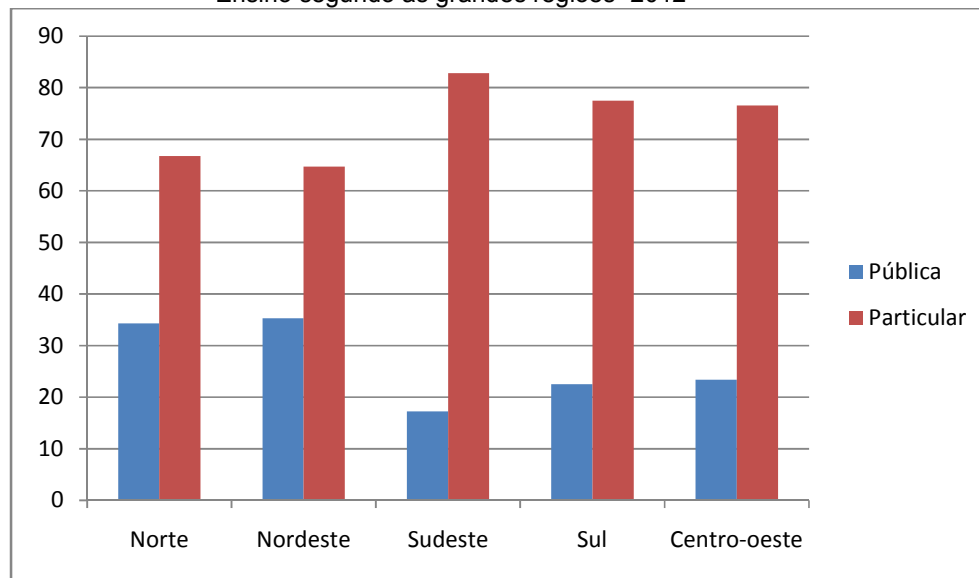
Um dos exemplos do avanço no Ensino superior foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, que foi base de outros programas e ações governamentais para a educação. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) também foi outro programa que aumentou consideravelmente as vagas de Ensino Superior por meio do Ensino à distância (CAMPOS; MARTINO, 2014).

Com o objetivo de promover a democratização do ensino, o PDE associa-se à Constituição do Brasil e tem como objetivos:

Oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil como: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2015).

Desde a expansão das universidades de 1930 a 1970, o setor privado foi fortalecido pelas políticas mercantilistas, o que não reduziu as desigualdades sociais (ZAGO, 2006).

Figura 2- Distribuição percentual das pessoas que frequentam Ensino Superior por rede de Ensino segundo as grandes regiões- 2012



Fonte: IBGE, 2013.

Segundo Lameza (2006), o setor privado está propenso a aumentar consideravelmente em relação ao público, pois a quantidade de jovens saindo do Ensino Médio tende a se equilibrar com as vagas disponíveis no Ensino Superior e aqueles que pretendem cursar esse nível de ensino com maior idade que os jovens estão inclinados a procurar por cursos de menor duração encontrados em maior escala no setor privado.

Com o objetivo de diminuir as desigualdades produzidas pelo sistema socioeconômico, o governo tem implementado nos últimos anos, alguns programas de políticas públicas que garantem acesso e permanência ao Ensino Superior. Essa garantia de acesso á educação só é possível através dessas políticas públicas educacionais (MOURA, 2014).

De acordo com Farias (2010), países como o Brasil, que estão em desenvolvimento, devem atualizar os instrumentos sociais, as instituições e sua estrutura, pois a riqueza de uma nação é baseada no saber e no trabalho qualificado. A educação é uma das principais estruturas de sustentação da sociedade, economia e cultura. O conhecimento gera riqueza e desenvolvimento e diminui as desigualdades que se observam no mercado de trabalho. Por isso, as políticas educacionais para o Ensino Superior tornam-se de grande relevância para o Estado e sua população.

Com a finalidade de se definir políticas públicas, Moura (2014) destaca que a palavra política está relacionada com o social, e pública faz referência a todos os participantes dessa sociedade, ou seja, da própria política. Para ser efetivamente uma política pública, seus objetivos devem abranger os interesses da comunidade com a participação de todos os interessados. Portanto, as políticas públicas são programas de ações governamentais voltadas ao atendimento de necessidades sociais e que tem como objetivo atingir metas econômicas e sociais, utilizando de instrumentos normatizadores, distributivos e redistributivos à disposição do Estado para a realização dos objetivos relevantes à sociedade.

É de grande relevância que políticas do Estado sejam implementadas com o intuito de garantir a formação do cidadão em instituições públicas e privadas. Com a finalidade de democratizar as oportunidades na educação, é necessário aumentar consideravelmente o número de matrículas nas IES, o que se exige políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência de jovens no Ensino Superior (LAMEZA, 2006).

Segundo dados do IBGE, durante os anos de 2002 a 2012, a população brasileira de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio e estavam cursando o Ensino Superior aumentou de 29,2% para 52,1%. Essa alta foi registrada em todas as regiões do país (IBGE, 2013).

O crescimento das matrículas no Ensino Superior deu um salto do ano 1990 para 1.540.080, para 2.694.245 em 2000 e logo depois 6.379.299 em 2011 (BRASIL, 2013).

É perceptível o aumento da demanda de pessoas interessadas em cursar algum curso de nível superior. A quantidade de vagas oferecidas pelas instituições vem crescendo a cada ano, muito mais até relacionado com a quantidade de jovens que concluem o ensino médio, que até o ano de 2000 era de 1,8 milhão. Já no Ensino Superior as vagas nessas instituições chegaram a 2,6 milhões em 2006. Porém, grande parte da população de jovens ainda não possuem recursos financeiros que lhes permitam o acesso e a permanência no Ensino superior nas IES (ANDRÉS, 2008).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é hoje uma das principais formas para se ingressar no Ensino superior, com isso tornou-se o maior vestibular do país (CAETANO; RIBEIRO; BORTONE, [s/d]).

Foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desenvolvimento das competências, depois de diversas alterações em 2009, atualmente é utilizado para concorrer aos programas governamentais como Prouni e FIES. Além disso, mais de 500 instituições em todo o Brasil utilizam sua nota para substituir parcial ou totalmente o vestibular. O teste é composto por conhecimentos humanos e redação. (ANDRIOLA, 2011).

A cada ano o Enem recebe mais estudantes inscritos. No ano de sua criação foi contabilizado o total de 115.600 participantes, já no ano de 2011 foram mais de 6.200.000 alunos que se inscreveram para participar do processo (CAETANO, RIBEIRO E BORTONE, [s/d]).

4PRINCIPAIS PROGRAMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS

No trabalho apresentado serão citados alguns dos principais programas implantados de políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino superior e suas principais características nos últimos anos pelo governo no Brasil como será mostrado na tabela a seguir:

Quadro2- Programas governamentais de políticas Públicas Educacionais para o Ensino Superior:

Programas Educacionais	Características
Universidade Aberta do Brasil- UAB	Busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos por meio da educação à distância a fim de diminuir as desigualdades na oferta de Ensino Superior pelo método à distância.

<p>Programa de extensão universitária (ProExt):</p>	<p>Foi criado em 2003, com objetivo de apoiar as instituições públicas nos projetos de extensão. Pelo decreto nº 7416 de 30/12/10 que regulamenta os artigos 10 e 12 da lei 12155 de 23/12/09 que tratam da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.</p>
<p>Projeto Milton Santos de acesso ao Ensino Superior (Promisaes):</p>	<p>Criado em novembro de 2003 o programa oferece apoio financeiro de seiscentos e vinte e dois reais para alunos estrangeiros matriculados em instituições federais de nível superior, que cooperam para a manutenção desses alunos durante o curso.</p>
<p>Programa Incluir Acessibilidade à Educação Superior:</p>	<p>Tem o objetivo de incluir alunos com deficiência na educação superior. Promove a acessibilidade nas instituições federais</p>
<p>Plano Nacional de Assistência Estudantil</p>	<p>Auxilia na permanência de estudantes de baixa renda nas instituições federais para garantir a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes. Oferece assistência à moradia estudantil, alimentação,</p>

	transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.
Programa de estudantes- convênio de Graduação	Oportunidade de formação superior a cidadãos de, 18 a 23 anos, de países em desenvolvimento do qual o Brasil mantém acordo. O aluno realiza graduação em universidades públicas ou particulares de forma gratuita.
Programa Institucional de bolsas de Iniciação à docência (Pibid)	Oferece bolsas de iniciação da docência a alunos que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. Os alunos têm direito a R\$ 350,00.

Fonte: Brasil, 2013

Dentre esses programas que foram citados será abordado de maneira mais específica três, sendo eles o Programa Universidade para todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em que ambos atendem as universidades privadas e também o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que atende as instituições públicas.

4.1 FIES

Com a proposta de reformular a educação e aumentar a acessibilidade no Ensino Superior, inicialmente foi criado em 1975 o Programa de Crédito Educativo (PDE), reformulado logo em seguida, no governo de Fernando Collor para Programa de Crédito Educativo (CREDUC), que era financiado com recursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e outros bancos comerciais. Em 1992, com a Lei 8436/92 passou a ser administrado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando nesse momento, a CEF como único financiador do programa destinado aos jovens de baixa renda com a

finalidade de auxiliá-los no pagamento de mensalidades nas instituições privadas (QUEIROZ, 2015).

O Programa foi enfraquecido e extinto por conta da alta inflação no país e por não haver em sua estrutura uma seleção entre esses jovens carentes os que apresentassem melhor rendimento. Após o Programa de Crédito Educativo(CREDUC), criou-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). No programa atual, os alunos devem estar matriculados em cursos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação no Ensino Superior (SINAES) com conceito maior ou igual a três. O FIES pode financiar até 100% da mensalidade. Para isso, o aluno deve obter bom aproveitamento acadêmico nas disciplinas cursadas. (OLIVEIRA; CARNIELLI, 2010).

O Fies pode ser requerido a qualquer época do ano, porém fica indisponível para estudantes que trancaram o curso ou aqueles que ficaram inadimplentes no antigo programa PCE/CREDUC. Para a quitação do financiamento, o estudante tem a opção de descontar diretamente as parcelas de sua folha de pagamento. No caso de morte ou invalidez extingue-se a dívida (BRASIL, 2013).

De acordo com os dados do Ministério da Educação e Cultura (2016), para o primeiro semestre deste ano, a taxa de juros do financiamento é de 6,5% ao ano. Nesse programa, a cada três meses o aluno desembolsa o valor de R\$ 150,00 pagos até o último mês da carência, que é o prazo de 18 meses para o estudante começar a quitar o financiamento. O valor das parcelas pode ser estendido por até três vezes o período do financiamento.

Alguns cursos como licenciaturas, por exemplo, o aluno poderá quitar parte de seu financiamento por meio de serviços prestados à comunidade (OLIVEIRA; CARNIELLI, 2010).

O cálculo do percentual máximo do valor do financiamento é dado de acordo com a seguinte fórmula:

$$f = \left[1 - \left(\frac{[k_i^m \times R_i] - d_i}{m} \right) \right] \times 100$$

Onde:

f = percentual de financiamento do valor do curso

k_i^m = percentual de comprometimento marginal de renda

R_i = renda familiar mensal bruta per capita, em R\$

d_i = parcela a deduzir por faixa de renda familiar mensal bruta per capita

m = valor do encargo educacional cobrado pela instituição de ensino, em R\$

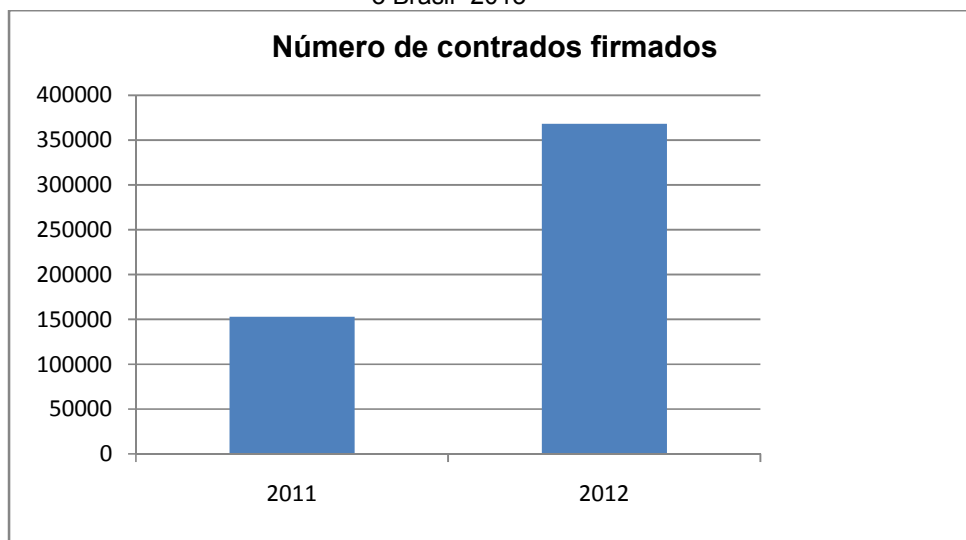
O valor final do resultado da fórmula apresentada depende da renda familiar mensal bruta per capita do estudante, sendo que o valor de participação do estudante não poderá ser inferior a R\$ 50,00. Para que o estudante participe do programa, deve passar por um processo de seleção que é a avaliação da nota de corte, nota mínima do candidato com base no número de vagas e total de inscritos no curso que há pretensão de cursar. Os não selecionados, serão incluídos na lista de espera. Os critérios de classificação são de acordo com a nota do Enem (BRASIL, 2016).

O FIES não se limita à nacionalidade não proíbe a inscrição de alunos já portadores de diploma de nível superior. Porém, uma das críticas a esse programa é de que o aluno se torna um consumidor, cuja educação só é adquirida mediante mecanismos financeiros, ou seja, o aluno terá que pagar pelos seus estudos ao findar do curso. Isso contraria a Constituição Federal de 1988 que trata a educação como direito social e dever do Estado (FARIAS, 2010).

Art.6°. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência, aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988)

Nos últimos anos é possível observar o aumento do número de contratos firmados pelas instituições privadas que favoreceram o acesso de muitos ao Ensino Superior como mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico2- Crescimento dos contratos firmados pelas instituições privadas com o FIES em todo o Brasil- 2013



Fonte: Brasil, 2013.

São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro são os estados brasileiros com a maior quantidade de contratos. Em relação aos cursos estão Direito, Administração, Enfermagem e Engenharia Civil. Mesmo com a quantidade elevada de alunos beneficiados, mais de 440 mil estudantes, o FIES não consegue ainda atender nem 10% do total de alunos que estão matriculados nas instituições privada. (BRASIL, 2013).

A quantidade de alunos dentro das IES é maior para aquelas famílias com renda per capita acima de três salários mínimos. Por esse motivo, a população de baixa renda tem dificuldades de se adaptar totalmente ao programa do FIES (CARVALHO, 2006).

4.2PROUNI

O Programa Universidade para Todos, surgiu em 2005 como consequência da Reforma Universitária de 1968 a fim de ampliar o acesso da população de baixa renda que tinha no seu histórico o rebaixamento social (AMARAL, 2010).

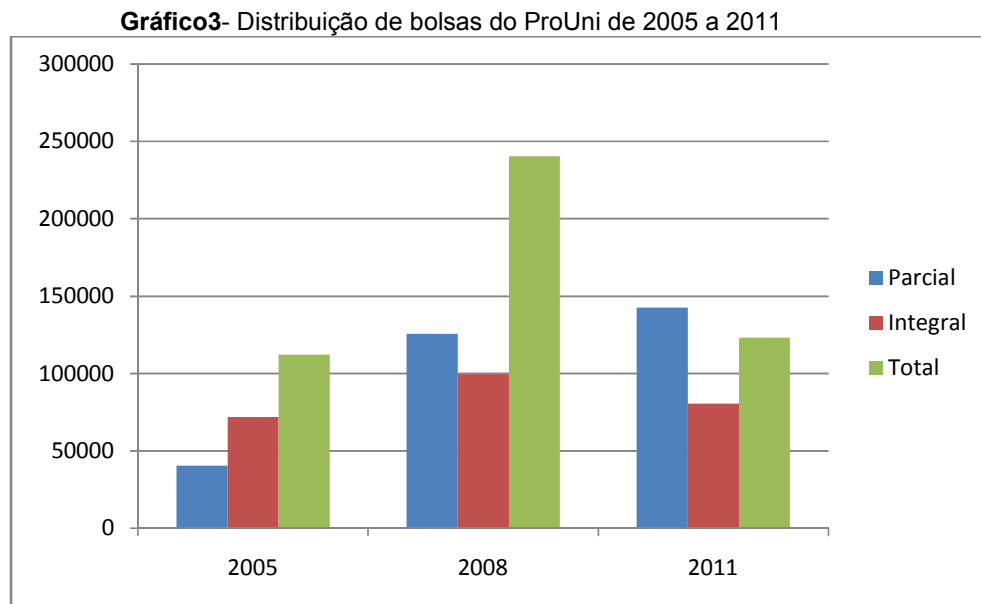
Diante do contexto de um déficit econômico o Brasil fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que exigiu do país uma garantia da

sustentabilidade fiscal. Como consequência de uma economia debilitada, houve redução dos gastos públicos afetando saúde, educação e outros setores da economia. Outro fator de grande relevância foi a imunidade fiscal de segmentos que obtiveram sucessivas privatizações. A não cobrança de tributos fortaleceu o setor privado em diversas áreas, inclusive nos estabelecimentos de ensino. Com a imunidade fiscal, as instituições deveriam manter e expandir suas atividades educacionais, destinando 20% de sua receita bruta em gratuidade nos seus serviços. A crescente procura por vagas no Ensino Superior, logo levou a uma preocupação quanto à inadimplência e desistência, pela dificuldade desses em arcar com as mensalidades muitas das vezes não condizentes com a capacidade salarial que possuíam. O Programa de Crédito Educativo, atualmente o FIES, não era suficiente para a resolução dessas questões. Nesse sentido, é que se é criado o Prouni em 2005 (CARVALHO, 2006).

O ProUni é um programa do Ministério da educação que destina bolsas com ações afirmativas aos portadores de deficiência, negros e indígenas e também a professores do ensino básico da rede pública. Um fator positivo de aceitação do PROUNI é quando se observa o crescimento do número de inscritos no ENEM, requisito necessário aos interessados em participar do programa. As bolsas podem ser integrais para estudantes que comprovem renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, ou podem ser bolsas parciais de 50% para estudantes que comprovem renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até três salários mínimos. Um dos requisitos para concorrer as bolsas é de que o aluno tenha cursado o Ensino Médio em escola pública ou que tenha sido bolsista integral em escola particular. Outro requisito é que tenha feito o Exame nacional do Ensino Médio e obtido nota acima de 450 pontos e que não tenha zerado a redação (BRASIL, 2016).

Com a Medida Provisória nº251/05, o estudante também tem direito a uma ajuda de custo no valor de R\$ 300,00 mensais para suas despesas estudantis durante o curso. Essa bolsa permanência é devida aos alunos que recebem 100% da bolsa e estudam em cursos de período integral. Para os que recebem bolsas parciais, podem aderir ao FIES para o financiamento do restante das mensalidades do curso (BRASIL, 2013).

No gráfico abaixo, pode-se analisar a distribuição de bolsas ofertadas pelo Pro uni desde sua criação.



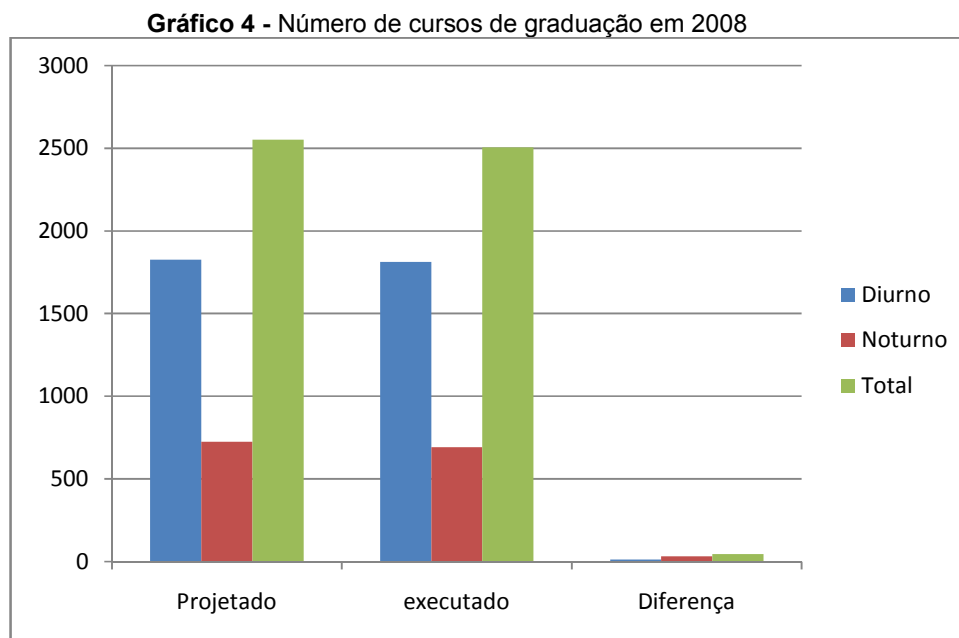
Fonte: Brasil, 2013.

Desde sua criação, o programa também sofre críticas quanto à isenção de tributos das instituições privadas em que estes poderiam ser destinados e investidos nas universidades públicas. A argumentação do MEC seria a de que o não pagamento desses tributos por essas instituições é muito baixo relacionado com as vantagens que esse programa oferece. Outra preocupação seria quanto à qualidade do Ensino que deve manter em um patamar elevado capacitando seus formandos a competirem por vagas no mercado de trabalho. Para isso, as IES que aderem ao programa ficam sujeitas a avaliações periódicas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ficando sujeitas a se desligarem do Prouni caso as avaliações forem consideradas insatisfatórias por três vezes consecutivas (BRASIL, 2013).

4.3 REUNI

O Reuni é um programa governamental de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais. Foi criado por meio do Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007. Tem como visão ampliar o acesso e a

permanência de jovens no Ensino Superior nas instituições públicas. Desde sua criação até o ano de 2008 o programa registrou um aumento de 20% nas matrículas. Tomando como referência o mesmo ano, o número de vagas nos cursos nas instituições federais projetadas era de 146.762 e foram executadas 147.277 (BRASIL, 2016). O projeto também prevê a ampliação do número de cursos superiores noturnos como é mostrado a seguir.



Fonte: Brasil, 2016.

O gráfico mostra que houve uma diferença muito pequena em relação ao que se esperava para o que se conseguiu alcançar em relação aos cursos.

Entre os argumentos para a implantação do Reuni nas instituições federais estão: a falta de práticas pedagógicas para aulas inovadoras; falta de decisões internas para políticas de ações afirmativas que garantam o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda; número reduzido de alunos por turma; a escassez de cursos noturnos. Com isso, o programa apresenta propostas com cursos de apoio pedagógico aos docentes e mecanismos para a inclusão social. Em 2007, o governo federal já havia investido no contrato de 9.000 novos professores, 14.000 técnicos administrativos e 30.000 novas vagas nos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

De acordo com o portal do MEC, BRASIL (2012), a meta global estipulada para cinco anos do programa é:

- 1) Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90%. Essa elevação está relacionada com o preenchimento de vagas ociosas que foram abandonadas.
- 2) Elevar a quantidade de alunos para 18 estudantes/professor.

Par que essas metas sejam alcançadas pretende-se flexibilizar o currículo e permitir a mobilidade de estudantes em cursos com aproveitamento de crédito.

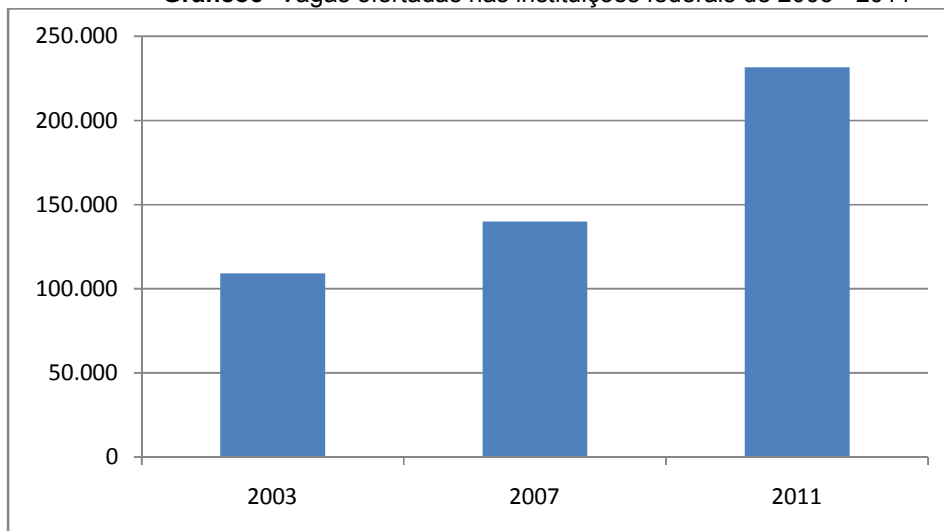
Para implementação do programa, o governo investe R\$ 14 milhões para campus universitário. As universidades têm autonomia para gerir esses recursos, mas para isso, será avaliada a evolução dos alunos, o desempenho dos docentes, as medidas de inclusão social entre outros critérios. Os dados extraídos do portal do MEC (2012), mostra como ficaram os recursos destinados ao programa pelo Governo federal.

Quadro3- Recursos destinados ao programa

2005	2008	2012
R\$ 67.481.106,00	R\$ 937.432.341,00	R\$ 1.991.826.164,00

Fonte: Brasil, 2012.

Os dados registrados no quadro 3, revelam que houve sim uma expansão no número de universidades públicas no Brasil. Em 2003, o número era de 45 instituições federais, em 2010 esse número saltou para 59. E por conseguinte, aumento de vagas como é mostrado a seguir:

Gráfico5- Vagas ofertadas nas instituições federais de 2003 - 2011

Fonte: Brasil, 2012.

No ano de 2012, o governo investiu R\$ 503.843.628,00 para o programa Pnaes (Plano Nacional de assistência estudantil) que também é um programa associado ao Reuni que dá sustentação no apoio à inserção de jovens de baixa renda no ensino Superior (BRASIL, 2012).

Uma das críticas ao Reuni é que as verbas destinadas ao programa (R\$ 2,5 bilhões) só são liberadas após o cumprimento de algumas metas, ou seja, há a preocupação do governo em pensar somente em quantidade, já que é necessário, antes de tudo uma reestruturação nas universidades públicas antes de abrir as portas para novos alunos. Entre essas reestruturações podemos citar: salas, bibliotecas, livros, restaurantes etc. (MELO E SANTANA, 2009)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As classes economicamente mais desfavorecidas sempre sofreram com as desigualdades vividas no país. Isso não foi diferente na educação em que o acesso e a permanência desses jovens era muito menor em relação a outras camadas sociais mais elevadas.

Com a necessidade de crescimento do país, o governo implementou políticas públicas de incentivo voltadas para o Ensino Superior, em que se

verificou um aumento considerável no número de matrículas tanto na rede pública quanto na rede privada.

Apesar das críticas destinadas a cada um desses três programas, saldo positivo que essas políticas influenciaram na formação superior do jovem é facilmente perceptível. Nesse sentido, deve-se pensar em avançar ainda mais no aumento das matrículas e também na permanência desses jovens nos próximos anos.

Pode-se considerar que essas políticas de ações afirmativas estão revertendo o histórico do país que conferia a minoria desvantagem na educação e conseqüentemente no mercado de trabalho.

O ProUni e o FIES conseguiram alcançar jovens anteriormente excluídos dando a eles a oportunidade de competir por melhores vagas de emprego. O Reuni, também é um instrumento que amplia a busca dessas oportunidades nas instituições públicas. Essas políticas devem cada vez ser mais fortalecidas no intuito de permitir cada vez mais o acesso e a permanência dos jovens para democratizar o ensino.

Há uma necessidade de se pensar também não só no crescimento quantitativo do Ensino superior, mas também no desafio de um crescimento qualitativo desse nível de ensino sendo que este é essencial para o desenvolvimento do país.

6 ABSTRACT

PUBLIC EDUCATIONAL POLITICS IN BRAZIL: EXPANSION OF EDUCATIONAL REASON

Due to the competition generated by the economy, a great tendency for seeking an academic course that allows inserting in the work market to offers that demand a qualified specialization is verifield. This article approaches the academic education expansion in the last decades through public educational politics in order to democratize the acessand abidance of students in academic education. It's also observed the need of continuing seeking for resources that guarantee the equity of young Brazilians in the level of learning. It's seen that lower class students always had difficulties to join academic institutions. Nevertheless, due to the implementation of social programs such as ProUni,

FIES and Reuni the access and abidance have been verified therefore showing that they have been efficient to democratize the learning reducing the inequality in higher education history in the country.

Key- words: public politics, ProUni, FIES, Reuni

REFERÊNCIAS:

AMARAL, D. P. O Programa Universidade para Todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 33., 2010, Caxambu. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/oprogramauniversidadeparatodos.pdf> . Acesso em: 20/02/16

ANDRÉS, A. **O programa Universidade para todos (PROUNI)**. Consultoria Legislativa da Área XV, Educação, Cultura e Desporto, Estudo, Janeiro, 2008.

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas instituições federais de Ensino Superior (IFES), **Ensaio: aval. Políticas Públicas Educ.**, vol. 19, n. 70, p. 107- 126, jan./ mar., 2011.

BRASIL- **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso dia 08/04/16 às 16: 19

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação. Brasília, Junho de 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolo,v.4.pdf>. Acesso dia: 05/09/15

BRASIL.**Ministério da Educação e Cultura**, Programa de Financiamento Estudantil.Disponívelem:<http://fiesselecao.mec.gov.br/?pagina=faq#conhecendo>.Acesso dia:23/03/2016.

BRASIL. **Ministério da Educação e cultura**, Programa Universidade para Todos. Disponível em: www.siteprouni.mec.gov.br. Acesso dia 10/02/16 as 14:07hs.

BRASIL, **Ministério da Educação e Cultura**, Diretrizes Reuni, 2007.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>, Acesso dia 09/04/16 as 20:34

BRASIL, **Ministério da Educação e cultura**, Análise sobre a expansão das universidades federais de 2003 a 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni>. Acesso dia 08/04/16

CAETANO, C., BORTONE, M. E. RIBEIRO, O. M. Da matriz á diretriz: pesquisa, ensino e extensão no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), [s/d].

CAMPOS, D. L. de, MARTINO, V. de F. As políticas públicas em educação e o desenvolvimento socioeconômico brasileiro: uma análise histórica dos 1980 até os dias de hoje. I **Seminário Internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social**. Franca- SP, set. 2014.

CARVALHO, C. H. A. de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, vol.27, n.96, p.979-1000, out. 2006.

COSTA, B. S., **O Ensino superior na ditadura militar brasileira: Um olhar através da revista MEC**. Porto Alegre, 2009. 127p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC- RS, 2009. [Orientador: Dr. Luciano Aronne de Abreu].

CUNHA, L. A. **A universidade temporã_ o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em revista**, n. 48, p.205- 222,dez. 2008.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808- 2000).In: **SCHWARTMAN, Simon & BROOCK, Colin, Os Desafios da educação no Brasil**, p. 197-240, 2005.

FARIAS A. da C. **Políticas públicas de acesso à educação superior, beneficiários, objetivos e resultados em Vitória da Conquista: FIES e PROUNI**. São Paulo, 2010. 231p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade Católica de São Paulo PUC- SP. São Paulo, 2010. [Orientadora: Profa. Dra. Maria Margarida Limena].

IBGE, Síntese de indicadores sociais, **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013**, n°32, Rio de Janeiro, 2013.

LAMEZA, J. de O. **A expansão do Ensino Superior privado no Brasil e a participação do financiamento estatal (1995- 2004)**. São Paulo, 2006. 88p. Dissertação (mestrado em Economia). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/ SP, 2006. [Orientadora: Profa. Dra. Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert].

MACEDO, A. R. TREVISAN,L. M. V., TREVISAN, P., MACEDO, C. S., Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: aval. pol.públ. Educ.**,v.13, n. 47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MAGRONE, E. **O Impacto do Processo de Massificação do Ensino sobre a Autoridade Docente: uma tentativa de interpretação.** II seminário de Pesquisa do programa de Pós- Graduação em Educação da FAFCD/ UFPA, 2014.

MELO, A. K. D., SANTANA, T. M. O Reuni e suas implicações na Universidade federal de Sergipe. **IV Colóquio Internacional de Educação e contemporaneidade**, 2009

MILANESI, I. A construção curricular do Ensino superior no Brasil numa perspectiva histórico- sociológica da educação: da Colônia à República. **Revista de educação**, v.3, n. 5, p. 51- 63, Nov./ 98.

MOURA, D. M. de. **Políticas públicas educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino superior.** XI Seminário internacional de demandas sócias e políticas públicas na sociedade contemporânea 2014.

NUNES, E. Desafio estratégico da Política Pública. **RAP edição especial comemorativa**, p. 103- 147, 2007.

OLIVEIRA, Z. R. B. B. de, CARNIELLE, B. L. Fundo de financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES): visão dos estudantes. **Jornal de políticas educacionais**, nº7, p.35-40, jan/ jul. 2010.

PEREIRA, S. C. S., PASSOS, G. de O. Desigualdades de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes de classes populares. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Ano 12, n. 16, p. 19- 32, jan/ jun. 2007.

PNE, **Plano de desenvolvimento da educação.** Planejando a próxima década, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso dia 09/03/16 às 16:35

QUEIROZ, V. Fundo de financiamento estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. **Revista Universidade e sociedade**, fevereiro, 2015.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma de Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 17, maio/ago. 2008.

SOARES, M. S. A., **A educação superior no Brasil.** Instituto Internacional para a educação superior na América latina e no Caribe, Porto Alegre, Novembro, 2002.

SOUZA, J. G., Evolução histórica da Universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de educação**, Vol.1, n. 1, p.42- 58, ago. 1995.

SANTOS, K. S. **Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios.** Disponível em :www.anpae.org.br/simposio2011. Acesso dia 15/01/16

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 32, maio/ ago. 2006.